

ALÉM DA NOTÍCIA

Falta amarrar

O pacote econômico que o Governo prometeu anunciar no início desta semana ainda não está devidamente amarrado e possivelmente ficará pronto somente, na quinta ou até mesmo na sexta-feira. As dificuldades relacionadas ao seu anúncio formal estão centradas em dois assuntos: como fazer os cortes nas empresas estatais e por quanto tempo deverá ficar sem reajuste a tabela do imposto de renda na fonte ou ainda se deverá buscar alternativa a essa medida impopular.

O Governo Sarney está com um pé atrás depois do episódio do BNH, que causou resistências inesperadas. Ele balança entre a sugestão do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles de cortar Cr\$ 50 trilhões e a do ministro do Planejamento, João Sayad, que propõe cortes de Cr\$ 38 trilhões no déficit público calculado em Cr\$ 109 trilhões. Busca-se um meio-termo que poderá ficar entre Cr\$ 42 ou 45 trilhões.

Na Fazenda, os técnicos lembram que entre a opção política e a opção econômica existe a realidade — e uma não se sustenta sem a outra. Ou seja, a opção política somente se sustenta com base numa proposta econômica realista, pois de nada adianta protelar os cortes que se não efetuados aprofundará em vez de atenuar os problemas políticos, pois o resultado será o crescimento de um surto inflacionário.

Os números já estão na mesa do presidente. Assim está dividido o déficit de Cr\$ 109 trilhões: Cr\$ 28 trilhões das empresas estatais; Cr\$ 5 trilhões da Previdência Social; Cr\$ 17 trilhões do orçamento monetário; Cr\$ 22 trilhões do serviço da dívida e Cr\$ 37 trilhões correspondente às aplicações do Banco do Brasil e Banco Central.

Para cobri-lo, as sugestões também já estão na mesa do presidente: aumento da carga tributária, Cr\$ 15 trilhões; emissão de títulos, Cr\$ 25 trilhões; emissão de moeda, Cr\$ 22,5 trilhões; e corte nas empresas estatais três opções, um no mínimo de Cr\$ 10 tri, um máximo de Cr\$ 25 tri e um intermediário de Cr\$ 15 trilhões. Restaria ainda um total de Cr\$ 30 trilhões, aproximadamente, cuja cobertura, segundo um dos assessores de Dornelles, poderá ser realizada pela conjugação de emissão de moeda e emissão de títulos.

A indefinição do governo, motivada tanto pela divisão entre os ministros Dornelles e Sayad, de um lado, quanto pela reação dos empresários, políticos e assalariados, de outro, às medidas que certamente refletirão nos seus orçamentos, poderá criar dificuldades às negociações com o Fundo Monetário Internacional.

Hoje, o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Vital, deveria viajar a Washington para discutir com os técnicos do FMI as providências que estão sendo tomadas, mas adiou a viagem. De que adiantaria viajar se nada está resolvido e tudo por resolver? É melhor esperar que a missão do Fundo retorne no próximo dia 8 para que as negociações sejam retomadas.

O FMI tem em mãos as diferentes opções colocadas pelo governo para realizar o corte do déficit operacional de Cr\$ 70 trilhões calculado segundo a metodologia do próprio Fundo, mas internamente, o Governo ainda não escolheu o caminho ideal. Uma fonte palaciana assegurou ontem que o presidente Sarney está preocupado com a sua base política e não com o Fundo. Vale dizer, Sarney pode endurecer com o Fundo se o Fundo contrariar a sua base política.

Tudo continua, portanto, no ar. Os empresários alertam que os cortes nas estatais trarão recessão. Os assalariados resistem ao aumento da cobrança do IR. Os políticos da Aliança Democrática, temerosos das consequências de ter que apoiar medidas impopulares, recomendam cortar mais dos bancos do que dos assalariados. Os bancos, porém, poderão resistir, criando dificuldades para rolar a volumosa dívida interna.

Na próxima sexta-feira, Sarney se reunirá com os banqueiros na Granja do Torto. Na pauta certamente estará a proposta dos políticos de antecipar cobrança de imposto de renda sobre títulos pós-fixados, como já está ocorrendo em relação aos prefixados. Que dirão os banqueiros? Não seria viável cortar mais um pouco na carne do sistema financeiro?

O certo, por enquanto, é que nada está decidido. A teonocracia da Nova República elabora propostas semelhantes às sugeridas por ela mesma — afinal continuam os mesmos homens trabalhando nos seus postos na Velha República, mas a maneira de implementá-la é diferente. As conversas se prolongam e as decisões demandam tempo. Fala-se que esta semana tudo ficará resolvido, mas os assessores palacianos acrescentam sempre que “fatos novos” podem surgir. Um Governo cujas bases políticas refutam suas decisões não sabe o que fazer. O jeito é esperar pra ver como é que fica.

CESAR FONSECA